

SEGUE ABAIXO A VERSÃO PRELIMINAR DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA ADUA APRESENTADA, PARA CONHECIMENTO DOS REITORÁVEIS DA UFAM, EM ASSEMBLEIA GERAL, NO DIA 20/03/2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H.

Gestão/Administração da UFAM

- Realização anual do Congresso da UFAM, previsto no atual Estatuto.
- Escolha democrática das direções das Unidades Acadêmicas fora de Manaus (Itacoatiara, Coari, Parintins, Humaitá e Benjamin Constant) e das direções dos Órgãos Suplementares da UFAM.
- Democratização do planejamento orçamentário para Manaus e demais Unidades Acadêmicas.
- Transparência na prestação de Contas – verbas públicas e outras (Manaus e demais Unidades Acadêmicas).
- Reorganização do sistema de prestação de contas e de controle de material, retirando a responsabilidade individual dos professores.
- Moralização e transparência no processo de realização dos concursos públicos e na distribuição das vagas nas Unidades Acadêmicas.
- Moralização e transparência na realização nos processos de seleção para ingresso dos estudantes na UFAM .
- Recuperação do papel do CONSUNI como instância máxima e formuladora das políticas institucionais da UFAM.
- Extinção da Fundação UNISOL e revitalização da Fundação Universidade do Amazonas (FUA).
- Criação de um Fundo de Pesquisa e Extensão no planejamento orçamentário.
- Organização de uma política democrática de comunicação da UFAM (jornal, página eletrônica, TV UFAM, serviços gráficos e rádio universitária).
- Garantia de segurança no trabalho (vigilância – situações de periculosidade e insalubridade – segurança pessoal e patrimonial).
- Construção de creches para atendimento das necessidades das mães docentes, técnicas e discentes.
- Descentralização das ações da PROCOMUM para os docentes das Unidades Acadêmicas fora de Manaus.

- Implantação de Junta Médica para as Unidades Acadêmicas do Interior.
- Garantia do caráter público e da função social da UFAM, assim como sua desprivatização.
- Revogação da cobrança de taxas, para qualquer finalidade, na UFAM.

Gestão de Pessoal

- Garantia da reposição das vagas dos docentes por motivo de aposentadoria, morte e exoneração.
- Abertura de novas vagas para docentes por motivo de expansão e do REUNI.
- Contratação de professores substitutos somente nos casos previstos em lei.
- Definição democrática de uma Política de Capacitação do quadro Docente.
- Garantia de quadros técnico-administrativos qualificados para a realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração (não ao uso de estagiários ou trabalhador voluntário nessas atividades).
- Contra a adoção de professor voluntário nas atividades de docência, assim como a utilização de mestrandos e doutorandos nessas atividades, para além das definidas no estágio docência.
- Defesa da Gratificação Especial de Localidade (GEL), conforme o Decreto 493/1992 e seu anexo que regulamenta o pagamento do adicional de localidade aos servidores da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais em exercício em zonas de fronteiras ou nas localidades referidas no Anexo a este Decreto.

Condições de Trabalho

- Apresentação de um cronograma para solucionar os seguintes problemas de infra-estrutura em Manaus e nas demais Unidades Acadêmicas da UFAM: água, energia elétrica, telefone (e telefones públicos), internet, biblioteca, salas de aula, banheiros, alimentação (restaurantes e cantinas).
- Melhoria e diversificação dos serviços de alimentação (higiene, opções de alimentação para os que necessitam de dietas, etc).
- Definição dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos com garantia de estrutura física, equipamentos e materiais e número adequado de alunos em sala de aula (máximo de 30).

- Democratização na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos da UFAM.
- Descentralização do serviço de atendimento emergencial à saúde, estendendo-se às Unidades Acadêmicas fora de Manaus.
- Definição de um Programa de Gestão Democrática para Defesa do Meio Ambiente (Campanha de Preservação do Campus Universitário de Manaus e demais unidades).
- Condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, respeitando-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica.
- Reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública.
- Combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes e demais servidores.
- Controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes e demais servidores em suas atividades.
- Condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas às aquelas oferecidas durante os expedientes diurnos, com garantia do pagamento do adicional noturno, quando for o caso.

Ações junto à ANDIFES e perante a sociedade

- Articulação para impedir e efetivação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (INSAES).
- Defesa da aprovação da PEC 555/2006 que elimina a cobrança indevida dos aposentados e pensionistas do serviço público federal.
- Aprofundamento do debate sobre política de C&T das agências de fomento, visando construir alternativas de financiamento para a pesquisa e extensão, posicionando-se contra o PL que cria o Código Nacional de C&T;
- Fortalecimento da Campanha 10% PIB para a Educação Pública Já!
- Combate ao PRONATEC.

- Contra a aprovação da Lei que favorece as Instituições Comunitárias de Ensino Superior.
- Contra a retirada do Ensino Superior do MEC e sua transferência para o Ministério de C&T.
- Contra o FUNPRESP, a EBSEH e pela realização de Plebiscito sobre os HU's.
- Apoio à luta dos povos e das comunidades tradicionais - contra a sócio-biopirataria e pela preservação e reconstrução dos seus conhecimentos e de seus territórios.
- Denúncia do retrocesso do Código Florestal.
- Acompanhamento crítico da tramitação do Código de Mineração.
- Defesa da rotulação dos produtos geneticamente modificados.
- Defesa da democratização da comunicação no país.